

COMUNICAÇÕES E PÓSTERES

O uso estratégico do ato de asserção num *corpus* de ‘histórias de vida’ realizadas em contexto de entrevista

Carla Aurélia de Almeida

Departamento de Humanidades da Universidade Aberta

Carla.Almeida@uab.pt

Abstract: Taking as reference an oral corpus of life histories collected in interviews, this paper proposes an analysis of the act of assertion within the framework of speech acts theory and of P. Attal's propositions. First, we consider the functioning of evaluative assertions with positive axiological value. Second, we focus on assertions with a negative axiological value and we analyse the interactional role of fuzziness markers: diminutives as softeners, adjectives' evaluative suffixes, sequences of justification as “mitigatory comments” and tag questions. Finally, we study the strategic use of assertions with impersonal references and of agreement assertions with Extreme Case Formulations.

Keywords: illocutionary act; assertion act; mitigation; interviews; discourse strategies

Palavras-chave: ato ilocutório; ato de asserção; mitigação; entrevistas; estratégias discursivas

1. Introdução

Este estudo tem como enfoque a organização e o funcionamento do discurso interativo oral processado em situação de *entrevista de investigação* (Myers; Lampropoulou: 2012: 1215), tendo como objeto de análise o uso estratégico do ato de asserção neste contexto interacional e interativo. Considerando que os atos de discurso ocorrem sequencialmente na interação (Kerbrat-Orecchioni, 2005), contribuindo para a *organização sequencial* desta última, procuramos compreender de que modo os interactantes estabelecem uma relação de alocação (“dimensão causativa” do discurso do locutor sobre o alocutário), de interlocução (intermutabilidade sequencial dos papéis de locutor e de alocutário) e de interação (jogo de recíproca influência entre locutor e alocutário) através da análise do funcionamento da asserção avaliativa, da asserção impessoal e da asserção de acordo.

Considerando “o ecletismo metodológico” referenciado por Kerbrat-Orecchioni (2010: 72) que assinala a necessidade de recorrer conjuntamente a diversos instrumentos descritivos para analisar a complexidade do “discurso em interação” com diferentes “níveis”, “planos” ou “módulos” (Kerbrat-Orecchioni, 1992: 21), teremos em conta instrumentos de análise provenientes de diferentes modelos teóricos: Pragmática Integrada (Fonseca, 1992), Análise Interacional (Kerbrat-Orecchioni, 1990; Traverso, 1996; Heller, 2001), Análise Conversacional (Goodwin; Goodwin, 1987) e Sociolinguística Interacional (Gumperz, 1989).

Tendo por base um *corpus oral* constituído por *histórias de vida* e/ou *narrativas de experiência de vida* realizadas em contexto de entrevista na região do Vale do Ave (Almeida, 2012a), analisaremos o uso estratégico de atos de asserção (Attal, 1976) que constituem comentários avaliativos no quadro do conjunto de *estratégias de consolidação interlocutiva* (Laver, 1981), os atos de asserção com uma referência impessoal e os atos de asserção de acordo, estes últimos constituindo intervenções de continuidade. Sendo práticas discursivas reconhecidas numa *comunidade*, estas sequências discursivas permitem a manutenção da *ordem interacional* (Goffman, 1981) das *trocas discursivas* em situação de entrevista.

Textos Seleccionados, XXIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Porto, APL, 2014, pp. 29-42, ISBN 978-989-97440-3-5

A nível local, estudaremos a organização e o funcionamento de atos de asserção (Searle, 1982; Attal, 1976) como comentários de avaliação e a sua coocorrência com atos ilocutórios de “natureza sequencial” (Fonseca, 1992: 299), como as sequências discursivas de justificação, de exemplificação e os procedimentos discursivos de generalização e de continuidade que permitem o estabelecimento de “coerências semântico-pragmáticas interdiscursivas” (Fonseca, 1992) e contribuem para a consolidação interlocutiva.

A nível global, verificaremos como estes enunciados específicos constituem comentários avaliativos e ocorrem no seio de asserções-resumo que realizam a *completude interativa e interacional* (Roulet et al., 1985) no desenvolvimento destas interações em situação de entrevista, estabelecendo um comentário avaliativo de carácter retroativo e contribuindo para o *envolvimento conversacional* (Tannen, 2001: 157; Gumperz, 1982: 2-3) com a “acomodação intersubjectiva” (Fonseca, 1998: 154) entre entrevistado e entrevistador.

2. O ato de asserção no âmbito da teoria dos atos de discurso

É bem conhecida a afirmação de Austin (1970) de que “dizer é fazer”, isto é, o locutor em interação com o alocutário age sobre ele, modificando-o nos seus estados epistémicos, comportamentais e emocionais, deixando a linguagem de ser uma mera representação do mundo, passando a criar mundos imaginários e reais.

Num primeiro momento da sua teoria, Austin procurou fazer a distinção entre atos constativos, que tinham por base uma crença da parte do locutor de que é verdade o que é representado no conteúdo proposicional (como é típico dos atos assertivos), e atos performativos, realizados na 1ª. Pessoa do Presente do Indicativo (salientando ainda os que se realizam numa situação de comunicação cerimonial, como por exemplo, “Batizo este navio”). Contudo, num segundo momento da sua teorização, distingue performativo explícito, contendo marcas gramaticais que indicam explicitamente a ação que está a ser realizada, e performativo primário que não explicita claramente o que se faz com as palavras (Austin, 1970: 140-141).

No que diz respeito ao ato de asserção, Austin (1970) assinalava que “o ato de afirmação” tem os seus verbos performativos: “Quando eu estava a dizer que chovia, eu não fazia uma aposta, nem demonstrava, nem avisava, eu *afirmava* simplesmente um facto” (Austin, 1970: 140; tradução nossa). Este paralelismo põe em evidência a existência de um ato de afirmação que tem os seus verbos performativos: *afirmar, sustentar, dizer* (sempre na primeira pessoa do presente do indicativo). Mas “Eu afirmo que chove” é o equivalente enfático de “Chove” e, como refere Pierre Attal, com este ato, “eu não me descrevo afirmando, mas eu *faço* uma afirmação” (Attal, 1976: 2; tradução nossa).

Austin acaba por criticar o critério de verdade considerando-o inadequado para descrever as proposições assertivas: há enunciados gerais, mas há também o carácter relativo da verdade de certas asserções como “O peixe está muito cozido”, por exemplo.

Ainda que os enunciados se submetam às enunciações lógicas, eles podem ser apreciados segundo outros critérios diferentes do critério de verdadeiro ou falso. A este dilema artificial, Austin queria substituir uma pedra de toque válida para todos os atos ilocutórios e diria: “Não temos o direito de dizer aquilo: de prometer, de avisar, etc.” (Attal, 1976: 2; tradução nossa).

Desenvolvendo as análises de Austin, Searle diz que todo o enunciado deve ser analisado numa vertente $F(p)$, isto é, em qualquer enunciado há uma proposição, por vezes, apresentada apenas por uma variável proposicional (lembramos o exemplo de Austin com a palavra «cão» que indicia aviso) e um elemento F que constitui a força ilocutória (o valor comunicativo que constitui um comentário à sua própria enunciação), isto é, o sentido do ato: um mesmo conteúdo proposicional pode estar ao serviço de diferentes forças ilocutórias, as quais podem estar explicitadas ou podem ser indiciadas e calculadas a partir do contexto. Partindo deste pressuposto analítico, Searle (1982) chegou a uma taxonomia de cinco classes de atos ilocutórios (atos assertivos, promissivos ou comissivos, diretivos, expressivos e declarativos, incluindo nestes últimos a subclasse das declarações assertivas).

As classes de atos de discurso são determinadas em função do levantamento das condições de felicidade ou de sucesso dos atos de discurso: condição de conteúdo proposicional, condições preparatórias, condição de sinceridade, condição essencial (Searle, 1972). Segundo este autor, é possível

formular e testar certas hipóteses gerais sobre os atos ilocutórios: sempre que haja um estado psicológico especificado na condição de sinceridade, o desempenho do ato conta como a expressão deste estado psicológico, o que constitui um critério para a sua taxonomia de atos ilocutórios (Searle, 1975).

Assim, prototipicamente, de acordo com Searle (1972), o ato de asserção tem como condição de sinceridade o facto de o locutor acreditar que *p* (= conteúdo proposicional) é verdadeiro (crença na verdade de *p*) e a condição essencial equivale a afirmar que a proposição *p* representa uma situação real. Assim, para Searle, os assertivos têm como objetivo empenhar o locutor, em graus diversos, a expressar a verdade *p*.

De um modo geral, um locutor ao realizar um ato ilocutório subentende que as condições preparatórias do ato estão satisfeitas. Assim, no ato de *asserção*, quando o locutor afirma algo subentende que pode sustentar esta afirmação. Searle refere que o fim dos atos assertivos é *responsabilizar* o locutor em relação à verdade da proposição expressa, isto é, os atos assertivos *responsabilizam o locutor* em relação à *existência de um estado de coisas*. Assim, a asserção “Hoje está a chover” equivale a “Eu digo que *p*”.

Searle refere ainda que é possível desempenhar este ato e outros atos sem invocar um procedimento indicativo de força ilocutória explícito, mas o contexto e a enunciação deixam claro que a condição essencial está satisfeita. Por outro lado, certos tipos de atos ilocutórios são complexos, sendo casos especiais de outros tipos, tratando-se assim de atos indiretos constituídos por um complexo ilocutório: um ato ilocutório primário com a força ilocutória implicada e um ato secundário com um valor literal.

Searle distingue, assim, condições preliminares, a condição de sinceridade e a condição essencial, pondo a tónica na intenção do locutor, não considerando o pós-ato e a dimensão dialógica que tem por base a reação do alocutário.

A teoria dos atos de discurso tradicional está em grande parte limitada aos atos de discurso isolados (Searle, 1992: 7), pois “(...) o isolamento do ato de discurso é uma questão de método, e não de facto” (Hundsnurscher, 1981: 343; tradução nossa). Por este motivo, numerosos autores da Pragmática Linguística criticaram a teoria dos atos de discurso isolados (como se pode verificar na discussão presente em Searle *et al.*, 1992). A este propósito é exemplificativa a afirmação de Dorothea Franck (1981): “A perspetiva da teoria dos atos de discurso é estática, negligenciando a natureza dinâmica e estratégica da conversação natural. (...) As unidades de comunicação, no momento em que são interpretadas, ainda não são ‘factos consumados’, mas *unidades em construção*” (*Idem*: 229; tradução nossa).

E é precisamente por causa da necessidade de se considerar o pós-ato que Pierre Attal (1976), na linha de Ducrot (1972), reanalisa a teoria dos atos de discurso de Searle em geral e estuda o ato de asserção em particular, destacando a interpretação do alocutário e reequacionando o funcionamento das condições de felicidade dos atos de discurso: assim, no ato de asserção, e relativamente à condição de sinceridade, o autor refere que “não é necessário que o locutor seja sincero, é preciso que o auditor *creia que ele seja sincero*” (Attal, 1976: 5; tradução nossa).

No que diz respeito à condição essencial dos atos de discurso, o próprio Searle refere que o efeito ilocutório do ato é produzido se o alocutário compreendeu o que o locutor tinha a intenção de fazer compreender (Searle, 1972: 88) em virtude das *convenções* que fundamentam as regras subjacentes à realização dos atos (*regras constitutivas*): “a realização de um ato ilocutório supõe uma comunicação sem equívocos entre as partes; se na fórmula utilizada para realizar um ato falta uma expressão que indique, claramente, a natureza deste ato, o auditor só pode interpretar o enunciado atribuindo ao locutor uma tal intenção. Assim, um enunciado “É tarde” pode ser uma informação (uma asserção), um convite a partir (uma ordem), uma ameaça, etc. O valor do ato depende da intenção do locutor” (Attal, 1976: 4; tradução nossa).

Assim, tendo por base o ponto de vista de Ducrot, que considera o ato ilocutório como uma espécie particular de ato jurídico, Attal reanalisa a condição essencial do ato de asserção apresentada por J. Searle. Neste sentido, com este ato, o locutor visa modificar as relações com o alocutário e para que o ato de asserção tenha sucesso é necessário que o alocutário não rejeite o que é dito no conteúdo proposicional do enunciado: “A validade da asserção depende da confiança que o auditor me dá/concede; mas para a considerar como um ato com sucesso, parece-me que é necessário que o auditor não rejeite, de uma maneira ou de outra, a situação representada no enunciado (Attal, 1976: 11; tradução nossa).

Na linha de Ducrot, põe a tónica no valor jurídico dos atos é demonstrar que a realização de qualquer ato abre direitos e deveres atribuídos ao locutor e ao alocutário: “A atividade da linguagem não pode ser descrita sem especificar o seu poder ilocutório; este poder demonstra que ela está imbrincada num conjunto de *regras constitutivas* que dão conta da própria existência do ‘sentido’” (Ducrot, 1972 : 263).

P. Attal (1976: 31-32) refere assim, na linha de Ducrot, que o ato de asserção “(...) modifica (ou procura modificar) a visão do mundo do alocutário; mesmo que esta modificação seja momentânea, ela diz respeito à estrita atualidade (“Chove”, “Tenho fome”, etc).

Com efeito, como diz Kerbrat-Orecchioni, esta ideia de que a asserção é um caso particular de ato de discurso já estava formulada em Austin e Searle, mas “Attal vai mais longe do que Searle neste ponto, mostrando que uma asserção não tem apenas por objetivo ‘fazer saber ao auditor que [o locutor] crê que p é verdadeiro’, mas que, fazendo isto, ela visa ‘influenciar o seu modo de ver’ e ‘obrigar a ter em conta’ os conteúdos asseridos” (Kerbrat-Orecchioni, 1999: 208, nota 1; tradução nossa)¹.

Com a necessidade de ter em conta a adesão do destinatário aos conteúdos asseridos, aproximamo-nos, também, da teorização de Grice (1989), que assinala a necessidade de o alocutário reconhecer a intenção comunicativa do ato para que este se realize, estando este reconhecimento próximo do que Austin designava como “the securing of uptake” (Austin, 1970: 124), isto é, “a execução de um ato ilocutório inclui a segurança de ter sido bem compreendido” (*Idem*).

Também David Holdcroft (1992) assinala, a este propósito, que o alocutário reconhece ou ratifica a intenção ilocutória do locutor, isto é, para reconhecer a intenção ilocutória, o alocutário tem de calcular um conjunto de inferências que fazem uso da informação, que é partilhada, acerca do contexto. O alocutário, numa certa fase deste processo, está confrontado com a escolha entre um número de estratégias inferenciais diferentes dependentes do facto de ser razoável que o locutor usa as palavras literalmente ou se o locutor pensa que está a usar uma estratégia direta ou indireta ao formular o seu ato ilocutório. A estrutura particular que o alocutário adopta dependerá da visão que ele tem da coerência e da adequação da interpretação particular ao contexto (*Idem*: 61).

Deste modo, da natureza constitutiva dos atos de discurso fazem parte as dimensões interativas e sequenciais que eles abrem (Fonseca, 1994: 27), assinalando-se, pois, as conexões entre Pragmática Ilocutória e Análise Conversacional (*Idem*: 27) que possibilitam o estudo da organização sequencial da interação conversacional. Neste sentido, no estudo de atos de discurso por natureza sequenciais (Fonseca, 1994: 29), como os atos de oferta e convite (Almeida, 1998: 157-221) e de pergunta (Rodrigues, 1998: 11-220), a noção de *par adjacente* da Análise Conversacional, por força da “implicatividade sequencial que o primeiro membro do par activa e a que o segundo membro se reporta” (Fonseca, 1998: 142), exige o estudo de sequências de atos de discurso na interação e a mobilização das noções de sequência iniciativa e de sequência reativa, esta última, ora de acordo (“sequência preferida”), ora de desacordo (“sequência não preferida”). Estas sequências convocam processos de figuração ligados à cortesia/delicadeza que permitem a gestão das trocas interlocutivas.

Os atos de discurso abrem, assim, dimensões interativas e interlocutivas que dizem respeito às relações pragmático-funcionais entre atos de discurso ou coerência funcional do discurso.

3. O uso estratégico do ato de asserção em situação de entrevista

A análise da organização e funcionamento de atos de asserção num *corpus* de *histórias de vida* em contexto de entrevista no Vale do Ave (2012a)², com objetivos de investigação em Ciências Sociais (a

¹ Também Recanati (1979: 115-119) demonstra que todo o enunciado comporta as duas dimensões descritiva e performativa, mesmo que elas se hierarquizem de modo diferente.

² A transcrição do *corpus* teve por base o sistema de notação da transcrição ortográfica utilizado na Linguística do Corpus Oral (Bacelar, 1987; Ramilo; Freitas, 2002). O *corpus* de entrevistas foi recolhido e transcrito em 2009 e 2010 no âmbito do Projeto de Investigação: “A Formação do Quotidiano Operário: Sociedade, Economia e Cultura num Contexto (Des)Industrializado do Vale do Ave (2009-2012)”, este material empírico é apresentado e analisado multidisciplinarymente em Pereira (2012). O *corpus* é constituído por 23 entrevistas de duas horas e meia cada uma, delimitando-se uma amostra organizada segundo parâmetros como sexo, idade e grupo sócio-profissional, tendo por base um inquérito geral a 904 indivíduos. Não obstante este enquadramento, a orientação teórica e metodológica de análise do discurso das entrevistas enfatiza sobretudo questões de índole qualitativa.

entrevista de investigação)³, demonstrou que estes atos podem assumir funções diversas na sequencialidade discursiva da entrevista. As asserções avaliativas, formas específicas de asserção que apresentam no conteúdo proposicional uma avaliação axiológica, positiva ou negativa, têm um *efeito interativo* com a função de completar o sentido, permitindo o fecho da interação com a *completude interativa* e *interacional* (Roulet *et al.*, 1985): estas asserções permitem que os participantes procedam à construção conjunta da interação conversacional (Goodwin; Goodwin, 1987: 49).

3.1. As asserções com avaliação axiológica positiva

Charles Goodwin e Marjorie Goodwin (1987), no âmbito da Análise Conversacional, analisam o funcionamento interativo da asserção de avaliação (“*assessing* or *evaluating*”; Goodwin; Goodwin, 1987: 3) em conversas de jantares de família, verificando como os segmentos de avaliação (“*assessment segment*”, *Idem*: 6), expressos através de adjetivos e de “intensificadores adverbiais” (*Idem*), tal como “muito”, são recursos para “a organização interativa da coexperiência” (*Idem*: 9). Estas asserções de avaliação possibilitam a construção de uma colaboração entre os participantes da interação, criando o *envolvimento* (*Idem*: 34) e, regularmente, são também um recurso para terminar tópicos: “(...) *assessments* are one of the characteristic activities used to *exit* from larger sequential units in talk such as stories and topics” (*Idem*: 38).

Atentemos nos seguintes exemplos:

(1) (e: entrevistada; E: entrevistador do sexo feminino; 24 de julho 2010, 20h50, casa da entrevistada, Riba de Ave)

e: *Sabe o que é que fiz? Escrevi-lhe uma carta desta seguinte maneira: “J., estou disposta a fazer a vontade aos pais que me criaram. Se tu estiveres interessado em mim quando eu fizer dezoito anos eu espero por ti.”*

E: *Eu pensei que ele vinha. Eu fiz dezoito anos e ouvia uma folha a rugir e eu olhava, eu ouvia uma mota e eu olhava. Mas ele nunca mais veio, nunca mais soube dele. Nós às vezes íamos ao fotógrafo e tirávamos fotografias juntos, eu com o cabelo por aqui a baixo e ele dizia ao fotógrafo: “Se ela se portar em condições comigo como se tem portado é ela a minha mulher.” Ele dizia no fotógrafo. E ele ficou com as minhas fotografias todas.*

→E: *Eu era muito bonita em nova.*

→E: *Ainda é.*

(2) (E: entrevistador do sexo feminino; entrevistados: e1 marido e e2 mulher; 28 de setembro de 2010; Riba de Ave, Zona de São Roque)

e1: *Acho que... Eu também tenho boas recordações da Lameirinho. Não tenho razão de queixa...*

e2: *É, eles gostavam muito dele.*

e1: *Não eh, não eh... Acho que cumpri com o meu dever...*

e2: *Com o dever dele. Ele gostava muito...*

e1: *Dei sempre boa produção e eh foi por essa razão, quando fui para a Lameirinho, depois saí de lá e fui trabalhar para Sacramentos Araújo, estive lá sete dias, mandaram-me chamar.*

e2: *Porque ele foi mas foi pra, pra...*

e1: *Sem contrato, sem nada, pronto.*

e2: *Só foi para os fins de semana.*

e1: *Só fui para os fins de semana. Lá ganhávamos muito pouco.*

³ A realização de 23 entrevistas de terreno em duas freguesias do Norte de Portugal, freguesias de Riba de Ave e de Oliveira de São Mateus (Vila Nova de Famalicão), visou aprofundar alguns dos eixos analíticos contemplados nos inquéritos. O guião em causa foi concebido de acordo com os seguintes temas: caracterização da relação com trabalho; o retrato da escola; a casa e a descrição da vida familiar; as relações sociais no interior do contexto de trabalho; as relações de vizinhança e os processos de identificação com o contexto local; as principais vivências do período de reforma e/ou desemprego; os momentos de emigração e as principais disposições/vivências políticas e religiosas (cf. Almeida, 2012a).

- e2: Ganhava-se pouco.*
e1: E lá no Sacramentos Araújo ganhava-se mais, não é.
E: Claro.
e1: E então...
e2: Eles quando souberam chamaram-lhe e deram-lhe outro turno.
e1: Foram eh, eh averiguar. Chamaram-me outra vez e eu fui lá e puseram-me efetivo de noite. E, pronto, eu gostava daquilo, trabalhei aqueles doze anos que trabalhei na Alemanha...
E: Na Alemanha.
e1: Fui sempre um homem...
→e2: Um homem de trabalho.
→e1: Um homem de trabalho. Disseram: “Vêm umas máquinas novas, eram uns (...), estão chegar...”
e2: Mas hoje sofre bem aqui destas mãos. Que eram bobines pesadas. Hoje está com um, com uma doença de trabalho.
e1: Eu apanhava todas as noites à volta de setecentas bobines, pesavam três quilos e meio, quatro.
E: Pois.

Nos exemplos (1) e (2), as asserções avaliativas “Eu era muito bonita em nova” e “Um homem de trabalho” permitem completar interativamente o que foi dito, ora dando a vez de elocução ao entrevistador que realiza sequências de acordo “Ainda é” (exemplo 1), ora permitindo, a cada interactante, produzir sequências de repetição da asserção (exemplo 2): a repetição de “Um homem de trabalho” estabelece o acordo entre e1 e e2 e possibilita a produção de sequências de explicação com a exemplificação do que foi anteriormente descrito no conteúdo proposicional <ser um homem de trabalho>. Esta exemplificação permite o estabelecimento de “coerências semântico-pragmáticas interdiscursivas” (Fonseca, 1992) e contribui para a consolidação interlocutiva: a repetição da asserção denota o acordo estabelecido entre e1 e e2 e o uso do *marcador argumentativo confirmativo* “Pois” (Spengler, 1980: 131) realizado pela entrevistadora permite a conclusão do tópico aberto pela asserção de e1 “Fui sempre um homem... [de trabalho]”.

Estas asserções avaliativas valorizadoras que realçam aspetos positivos possibilitam a construção de um trabalho colaborativo entre os participantes da interação, criam o consenso com a consolidação interlocutiva. Como refere Goodwin e Goodwin (1987): “Assessments thus constitute a most important resource for collaboratively building within the talk itself an interpretative context that will utilized for the analysis of subsequent talk and action” (*Idem*: 49).

3.2. As asserções com avaliação axiológica negativa: ocorrência de mitigadores

Nas entrevistas de investigação em estudo, com a análise de temas de cariz testemunhal como o desemprego, o fecho da fábrica, o retrato da Escola e a análise das condições da habitação, os entrevistados realizam asserções avaliativas com um conteúdo proposicional que desvaloriza/deprecia o referente.

Nestes casos, as asserções com uma avaliação axiológica negativa apresentam *mitigadores* do valor de verdade expresso no conteúdo proposicional dos atos de asserção. Estes mitigadores reduzem as “obrigações epistémicas do locutor” (Caffi, 2000: 96) que afirma algo e produzem por implicatura uma distanciação em relação ao que é dito.

3.2.1. Marcadores de vagueza (*fuzzines*)

Michèle Lacoste (1986) assinala que “a narrativa oral quotidiana” (*Idem*: 50), que “irrompe em situação de entrevista” (*Idem*: 57), depende da argumentação em curso, “partilhando o carácter de serem narrativas de experiência, onde o locutor está presente como sujeito ou testemunha nos acontecimentos narrados” (*Idem*: 52; tradução nossa).

Neste discurso testemunhal (Sacks, 1995), na realização de asserções avaliativas depreciativas, é frequente o uso de *mitigadores* (“atenuadores”, Caffi, 2000; Sifianou, 1992; Pedro, 1993) que sendo marcadores de vagueza (*fuzzines*) reduzem as obrigações epistémicas para o locutor que os realiza.

Atentemos no exemplo:

(3) (E: entrevistador do sexo feminino; e1: entrevistada do sexo feminino; 23/11/2010; Riba de Ave, zona de Sampaio Ferreira)

→e1: *E, pronto, depois quando fui pra o primeiro ciclo também. Depois a partir do sétimo ano comecei a ser assim um bocadinho mais, mais rebelde...*

E: *Hum, hum.*

→e1: *Mais malandrec(a). Vai à cozinha, não podes ouvir isto. [diz à filha] [risos] Comecei, comecei a ser assim... Começou a ser um bocadinho diferente mas eh também, também gostava. E eh muito sinceramente o meu único calcanhar de Aquiles foi Matemática do oitavo ou nono ano. Que agora ao certo já não me lembro [risos] mas eh mas gostava, gostava da escola. Hoje tenho pena de, de não ter tido, de quando fiz o décimo segundo ano não ter tido vontade, naquela altura não tive vontade de continuar. (...)*

Os *atenuadores* (“softeners”) permitem o enfraquecimento dos direitos e dos deveres (“juridismo ilocutório”, segundo Ducrot, 1972) associados aos valores ilocutórios mais ameaçadores dos atos de discurso, reduzindo as obrigações dos participantes e contribuindo para a realização de objetivos interacionais como a cortesia (Caffi, 2000: 92-93)⁴.

O emprego do diminutivo na expressão “um bocadinho” (“atenuador” ou “minimizador”, também chamado de “adoucisseur rituel” por Kerbrat-Orecchioni, 2005: 210) em “um bocadinho mais, mais rebelde...” constitui “um diminutivo na marcação de imprecisão (*fuzziness*)” (Caffi, 2000: 96).

Neste caso, a mitigação está centrada sobre o conteúdo proposicional: “A um nível ‘instrumental’, a primeira função destes mitigadores é ocultar a precisão da referência reduzindo as obrigações epistémicas para o locutor e produzindo por implicatura uma minimização da gravidade dos problemas” (Caffi, 2000: 96).

O adjetivo “malandrec(a)” na asserção “comecei a ser assim um bocadinho mais malandrec(a)” denota uma avaliação atenuada do valor axiológico negativo expresso em “malandra”. O sufixo derivacional *-ec-* constitui em “malandrec(a)” um *sufixo avaliativo* que se junta a uma base adjetival e no que diz respeito à “(...) dimensão de apreciação/depreciação (...), *-ec-* tem valor de codificador de (...) desvalorização ou depreciação do denotado (...) *malandrec(o, a)* (...), sendo a avaliação moderadamente desvalorizante com este sufixo (...) (Rio-Torto *et al.*, 2013: 451).

Neste exemplo (3), os risos ocorrem com as asserções que desvalorizam a face positiva do locutor: “E eh muito sinceramente o meu único calcanhar de Aquiles foi Matemática do oitavo ou nono ano. Que agora ao certo já não me lembro [risos]”. De acordo com Kerbrat-Orecchioni, os risos, nestes contextos, são “marcadores não verbais de distanciação”, permitindo a *atenuação* ou *mitigação* da ameaça de um ato ameaçador da face (“Face Threatening Act” = FTA) e tendo, assim, um “papel antiorientador” (Kerbrat-Orecchioni, 1987: 17).

Quando os entrevistados estão a desenvolver uma “história de vida” relacionada com as suas condições de vida, é frequente também a realização de asserções avaliativas com valor axiológico negativo. Quando realizam estas asserções avaliativas depreciativas que ameaçam ou desvalorizam a sua própria face positiva (o seu valor social, o seu narcisismo, segundo Goffman, 1974), os locutores sentem a necessidade de produzir segmentos de justificação que constituem um “comentário de mitigação” (Laver, 1981) que atenua e/ou mitiga o carácter ameaçador da face positiva do locutor que produz estes segmentos (cf. também Almeida, 2012b: 161; 206).

Atentemos no seguinte exemplo:

(4) (E: entrevistadora; e1: mãe de e2; e2: filha; e3: irmã; 23/11/2010; Riba de Ave, zona de Sampaio Ferreira)

→e: *Tapa os ouvidos. [diz para a filha] Faltei muitas vezes às aulas porque hoje não estava, ai por favor, eu hoje não tenho cabeça... Porque às vezes era complicado. Cheguei a faltar muitas vezes por causa do trabalho.*

E: *Claro, claro.*

⁴ Sobre as dimensões de cortesia/delicadeza, ver os estudos fundadores de P. Brown e S. C. Levinson (1978; 1987).

“Faltei muitas vezes às aulas” implica uma asserção avaliativa negativa a propósito do locutor que foge à Escola calculada a partir da *doxa* de que não se deve faltar às aulas ou fugir à Escola.

Neste excerto, verificamos que a ocorrência de subordinadas causais, expressas nos segmentos “porque às vezes era complicado” e “por causa do trabalho”, constitui a causa para o que é dito na primeira asserção “Faltei muitas vezes às aulas”. Estes segmentos estabelecem uma relação de coerência causal e explicitam uma causa exterior à vontade do locutor, evitando (estratégia de delicadeza negativa) a ameaça da face positiva do locutor que realiza estas afirmações.

Estes segmentos realizam um movimento retroativo na estrutura sequencial da interação, pois incidem no que foi dito anteriormente.

3.2.2. Asserções mitigadas: a pergunta-tag e a sequência de justificação

Segundo Bruce Fraser, a realização de perguntas-tag (“Tag Questions”) constitui, em enunciados específicos, um modo mitigado de realizar uma asserção (Fraser, 1980: 349). Atentemos na definição de mitigação dada por este autor: “Mitigation is defined not as a particular type of speech act but the modification of a speech act: the reduction of certain unwelcome effects which a speech act has on the hearer” (*Idem*: 341).

A pergunta-tag “não é?” mitiga, nestes casos, o valor epistémico da asserção (“a softer way of asserting”, segundo Fraser, 1980: 349).

Podemos assim relacionar este valor atenuado/mitigado de realizar uma asserção com a necessidade que os interlocutores têm de estabelecer o acordo na interação e, neste sentido, compreendemos que H. Carreira considere a pergunta-tag como uma “pergunta de pedido de confirmação” (Carreira, 1997: 183), constituindo uma estratégia discursiva de “apelo ao consenso” (André-Larochebouvry, 1984: 101).

Atentemos nos seguintes exemplos:

(5) (E: entrevistadora; e: entrevistada; 9 de junho de 2010; Café de Riba de Ave)

E: E como é que era a tarefa...a relação com os chefes e com os encarregados? Portanto tinham sempre um chefe...

→e: Tinha, era boa pessoa, não era assim, pronto tínhamos de trabalhar, não é? Mas não era assim, não resmungava nem, queria era que as pessoas trabalhassem.

(6) (E: entrevistadora; e: entrevistada; 9 de junho de 2010; Café de Riba de Ave)

E: Andam mesmo com ela na escola?

→e: Sim e com pessoas da nossa idade, a gente também não se lembra assim de tudo, não é? Mas éramos.

A ocorrência da pergunta-tag “não é?”, no final das asserções “pronto tínhamos de trabalhar, não é?” (5) e em “a gente não se lembra assim de tudo, não é?” (6), atenua o valor modal epistémico expresso no conteúdo proposicional das asserções⁵ e constitui uma estratégia discursiva de apelo ao consenso. De acordo com Myers e Lampropoulou (2012), a pergunta-tag permite denotar que o conhecimento é partilhado com o entrevistador (*Idem*: 1211; 1214). Em (5) estamos perante uma sequência de justificação “[porque] tínhamos de trabalhar”.

A argumentação aqui demonstrada envolve uma sequência de atos de discurso de asserção elementares (van Eemeren & Grootendorst, 1984 *apud* Lopes, 2009) designados para justificar ou recusar uma opinião expressa: “(...) this perspective involves a re-elaboration of classic speech act theory: Embedded in sequences, each speech act assumes a specific function, which depends on its local

⁵ O enunciador pode manifestar, a nível da relação predicativa, três tipos de atitudes, cada uma delas implicando um tipo de modalidade: a modalidade epistémica, relacionada com atitudes de validação ou não validação da relação predicativa através da afirmação, negação ou dúvida; a modalidade apreciativa que incide sobre um valor assertivo que é construído na mesma enunciação, estando relacionada com juízos de valor acerca de uma relação predicativa validada e a modalidade deontica ou intersujeitos que corresponde a uma relação interagente entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado (Campos; Xavier, 1991: 338-343).

contribution to the overall communicative plan. To compute a justification coherence relation is not possible without taking into account the illocutionary level of meaning” (Lopes, 2009: 243)⁶.

Prototipicamente, Lopes (2009) distingue a justificação da causa e refere um teste sintático demonstrando que, em Português, as perguntas-tag podem ocorrer inseridas antes da realização das sequências de justificação (exemplo 4):

(5) “Tinha uma boa relação com o chefe, não tinha? [Porque] tínhamos de trabalhar”

Nas sequências que exprimem uma relação de causa como as que são explicitadas no exemplo (4), esta inserção revela-se mais estranha (Lopes, 2009: 249):

(4)?? Faltei muitas vezes às aulas, não faltei? Por causa do trabalho.

Na relação de Justificação apresentada em (5) verificamos que o segundo argumento “porque tínhamos de trabalhar” suporta a primeira asserção apresentada no primeiro segmento “Tinha uma boa relação com o chefe”.

A este propósito, Ana Cristina Macário Lopes refere que “a Justificação é uma relação de coerência pragmática” (Lopes, 2009: 242), estabelecendo “uma relação entre uma sequência de dois atos de discurso e esta relação ocorre em diferentes tipos de textos argumentativos” (*Idem*; tradução nossa).

Por outro lado, a análise do material empírico, permite verificar que é frequente a ocorrência de perguntas-tag com sequências de justificação. De facto, estes dois recursos linguísticos constituem formas mitigadas: a pergunta-tag mitiga/atenua o valor epistémico de certeza da asserção e o segmento de justificação é ele próprio um “comentário de mitigação” (Laver, 1981), ambos os dispositivos visam evitar a potencial ameaça⁷ das faces dos interlocutores, pois estamos perante asserções cujo conteúdo proposicional pode desvalorizar a face positiva do locutor que os produz: o conteúdo proposicional <dar-se bem com o chefe da fábrica> pode ser malvisto socialmente, por isso a justificação “tínhamos de trabalhar, não é?” justifica, mitigando a ameaça potencial da face positiva do locutor que a asserção anterior suscita. Por sua vez, a pergunta-tag em posição final, por seu lado, mitiga também o valor epistémico expresso no segmento de justificação e constitui uma estratégia de apelo ao consenso, contribuindo para a construção de um “saber partilhado”.

Com efeito, o “saber partilhado” é constantemente negociado no decorrer das interações, saber constituído “não apenas por informações, mas por representações (que uns e outros têm de uns e de outros). Estas representações constroem-se no decorrer dos encontros, estão em perpétua negociação entre os interactantes” (Traverso, 1996: 124 ; tradução nossa).

3.3. Asserções com referências impessoais na situação de entrevista

Na análise da entrevista como uma específica forma de interação, os entrevistados realizam asserções com “referências impessoais que são equivalentes a ‘qualquer pessoa’” (Myers; Lampropoulou, 2012: 1206), integrando também neste valor impessoal o entrevistado e a sua comunidade (*Idem*: 1214). Esta ação constitui uma forma de o entrevistado tomar posição (*Idem*). Este uso é muito comum nas entrevistas de investigação (entrevistas realizadas por investigadores em Ciências Sociais) e tem três funções: (1) recategorizar o locutor e as suas experiências, pessoas e ações; (2) desenvolver percepções e experiências partilhadas; (3) invocar *lugares comuns* para lidar com dilemas colocados pelas perguntas (Myers; Lampropoulou, 2012: 1217-1218).

Atentemos nos seguintes exemplos:

(7) (E: entrevistadora; entrevistados: e1 marido e e2 mulher; 28 de setembro de 2010; Riba de Ave, Zona de São Roque)

E: Pois. Hoje acha que é mais difícil?

[...]

E: Então o peso da idade...

e2: Ah! Esse é um problema grande.

E: Hum, hum.

⁶ Cf. também van Eemeren, Frans H.; Grootendorst, Rob; Jackson, Sally; Jacobs, S. (1997: 208-229).

⁷ Segundo Kerbrat-Orecchioni, todos os atos de discurso são potencialmente ameaçadores (Kerbrat-Orecchioni, 1986: 24).

e1: Era o peso da idade. As pessoas com cinquenta anos já dizem: “Ah já tens cinquenta anos?”

E: Hum, hum.

→e2: Quarenta já dizem que... Está mal. Quarenta ainda é uma idade muito boa. Ainda dá. Até quando uma pessoa está numa idade madura, tem responsabilidade. Eu dei muito com os meus quarenta anos. Oh!

e1: Com cinquenta anos. Há pessoas que trabalham... Qualquer jovem espalha-se por aí.

(8) (E: entrevistadora; e: entrevistado do sexo masculino; 14 de setembro de 2010; Oliveira S. Mateus, Bairro do Quinteiro)

E: Que engraçado. E para quem não conhece a casa como é que descreve a sua casa? É a casa que sempre quis? Não é? O sítio?

→e: O sítio, gosto do sítio. A casa claro que uma pessoa nunca tem a casa como quer, eu acho. Pelo menos quando se compra uma casa já assim, em segunda mão por assim dizer, acho que temos sempre planos e projetos para um dia mais tarde.

E: Ah pronto, ainda não está...

Nestes exemplos, no desenvolvimento de tópicos que dizem respeito ao estilo de vida, às condições da habitação, o uso da expressão indefinida “uma pessoa” nas asserções “Até quando uma pessoa está numa idade madura” (exemplo 7) e “uma pessoa nunca tem a casa como quer” (exemplo 8) tem o valor semântico de uma *expressão referencial* que diz respeito a uma referência impessoal, generalizando a toda e qualquer pessoa incluindo os próprios entrevistados. Constituindo um dispositivo de categorização de pertença a uma comunidade (“membership categorization device”, no dizer de Harvey Sacks, 1995) que, segundo Fitzgerald e Housley (2002), permite construir identidades discursivas relevantes para a interação em termos de sequencialidade e/ou construção das vezes de elocução (*Idem*: 580-581), este dispositivo permite desenvolver experiências partilhadas e invocar *lugares comuns* para lidar com dilemas colocados pelas perguntas que ocorrem na interação em situação de entrevista: como a pergunta sobre a idade que se tem quando se trabalha na fábrica (exemplo 7) e a pergunta sobre a caracterização da casa onde vive (em 8), constituindo uma forma de o entrevistado lidar com um problema retórico (Myers; Lampropoulou, 2012: 1209), por exemplo, evitar perder a face com a questão de já ter uma idade avançada (exemplo 7), ou para evitar uma justificação mais aprofundada relativamente à visão mais depreciativa da própria casa (exemplo 8). Neste último exemplo, o entrevistado marca *uma tomada de posição* com o segmento “eu acho” e reitera a asserção com o uso de uma primeira pessoa do plural mais genérico e que inclui o “eu” do entrevistado: a asserção “temos sempre planos e projetos para um dia mais tarde” permite partilhar percepções e argumentos entre entrevistado e entrevistador.

3.4. Asserções de acordo e uso de intensificadores

Nas situações de entrevista com um objetivo de investigação, o entrevistador realiza estrategicamente asserções que, prolongando a ideia da última intervenção, constituem intervenções de continuidade (do sentido) e, por isso, estabelecem o acordo interacional. Estamos perante asserções que resumem retroativamente o que foi dito e estabelecem uma coerência interdiscursiva entre os atos do entrevistado.

Observemos os seguintes exemplos retirados de uma entrevista com três participantes:

(9) (E: entrevistador do sexo feminino; e1: entrevistada do sexo feminino; e2: entrevistada do sexo feminino; 23/11/ 2010; Riba de Ave, zona de Sampaio Ferreira)

e1: Percebe? Não, não vou, acho que agora não é a fase ideal porque acho que a minha filha precisa de mim à noite. Percebe? Porque ela tem corpo, é muito boa miúda mas...

→E: Há sempre uma orientação que é necessário assegurar...

e1: Exatamente.

(10) (E: Entrevistador do sexo feminino; entrevistados: e1 marido e e2 mulher; 28 de setembro de 2010; Riba de Ave, Zona de São Roque)

E: E como é que descreviam a vossa vida familiar antes do, do casamento? Como eram as condições na altura? Viviam com os pais?

e2: Ai, eram muito más.

E1: Eu vivia com os meus pais. Era muito difícil.

e2: Era uma miséria.

[...]

e1: Eu passei fome.

e2: Ele passou, eu não.

e1: Cheguei uma vez, quando ia trabalhar, quase que ia...

e2: Desmaiou na fábrica, de fome. Era de fome. Era fome.

e1: O meu pai gastava tudo, metia-se no álcool.

e2: Nós, não. A minha mãe ficou viúva...

→E: Eram épocas também muito difíceis.

e2: Muito difíceis!

e1: Era muito difícil. Sabe que a gente via aquele ambiente e, e, e era complicado.

Perante narrativas de experiência de vida com tópicos que revelam a dureza das condições de vida, o entrevistador realiza ações retóricas de consenso: as asserções “Há sempre uma orientação que é necessário assegurar...” (exemplo 9), “Eram épocas também muito difíceis” (exemplo 10), de valor genérico, configuram uma estratégia discursiva de continuidade, estabelecendo o acordo interacional, realizando um movimento retroativo (Roulet *et al.*, 1985) de resumo avaliativo das produções discursivas anteriores. Em (9), o entrevistado realiza um marcador de acordo “Exatamente” e em (10), os entrevistados e2 e e1 repetem o sentido da asserção “Muito difíceis!” (e2), “Era muito difícil” (e1). Em ambas as interações, ocorrem *intensificadores* ou “Extreme Case Formulations” que apresentam diversos recursos: no exemplo (9), temos o uso do valor modal deontico (Campos; Xavier, 1991: 338-343) expresso na relação predicativa “é necessário” (9), modalidade que implica uma relação entre sujeitos baseada em valores de necessidade e de obrigação; em (10), temos o uso do adjetivo “difícil” no grau superlativo analítico em “muito difíceis” que reforça o que é dito e permite estabelecer o acordo entre os interactantes.

Os autores da Análise Conversacional como Pomerantz (1986 *apud* Myers; Lampropoulou, 2012: 1215; cf. também Edwards, 2000: 347) referem que o uso destes intensificadores ocorre quando os interactantes estão conscientes dos desafios daquilo que estão a dizer. Estes intensificadores são uma forma de o locutor evitar que o alocutário continue a desenvolver atos de asserção relativos a um tópico mais ameaçador da face (face positiva que se reporta ao valor social do “eu” e também a face negativa que diz respeito ao seu território privado), como o que diz respeito às condições de vida difíceis.

Estas ações dos entrevistadores resumem o que foi dito e, simultaneamente, realizam um movimento projetivo que dá continuidade aos rumos discursivos delineados, contribuindo para a *coerência funcional* do discurso (Fonseca, 1992: 298) e demonstrando a colaboração entre entrevistador e entrevistado.

Conclusão

Com a realização de um ato de asserção, o entrevistado aumenta o conhecimento que o entrevistador tem acerca do mundo, construindo com ele uma relação interlocutiva. A asserção constitui, assim, um ato que visa modificar o alocutário nos seus estados epistémicos, emocionais e comportamentais. Por sua vez, o entrevistador realiza asserções que resumem retroativamente o que foi dito e estabelecem o acordo com a realização de *coerências interdiscursivas* entre os enunciados produzidos pelo entrevistado.

As ações dos entrevistados revelam uma preocupação com a manutenção das faces dos interactantes no sentido de manutenção de um equilíbrio interacional (Goffman, 1981). Quando os entrevistados realizam asserções com avaliação axiológica positiva, verifica-se que há a consolidação interlocutiva entre os interactantes com o estabelecimento do consenso na interação. Por seu lado, as asserções com avaliação axiológica negativa apresentam *mitigadores*: marcadores de vagueza (*fuzzines*) que reduzem as obrigações epistémicas expressas no conteúdo proposicional de asserções; sufixos avaliativos com valor depreciativo atenuado e a coocorrência da sequência de justificação que constitui um *comentário de*

mitigação. Nestes contextos de entrevista, as asserções surgem também mitigadas pela *pergunta-tag* como forma de estabelecimento do consenso interlocutivo.

Nestas entrevistas de investigação, com temas que dizem respeito à relação com o trabalho, com a Escola e a casa, o entrevistado realiza asserções com referências impessoais para invocar um conhecimento partilhado, recategorizar o locutor com um valor referencial impessoal e, retoricamente, evitar ameaçar, por mais tempo, a sua própria face positiva. Por sua vez, os entrevistadores realizam um dispositivo que faz parte de uma retórica do consenso com a realização de *intensificadores* que possibilitam não só o acordo entre os interactantes, mas também o reforçam, evitando que o entrevistado se sinta obrigado a justificar, por mais tempo, a análise que faz das suas próprias condições de vida. Estas asserções de acordo constituem estratégias discursivas de continuidade e são uma forma de o entrevistador estabelecer também relações de coerência na *história de vida* que é partilhada na situação de entrevista.

Referências

- Almeida, Carla Aurélia de (1998) O acto ilocutório de oferta em português. In: Joaquim Fonseca (org.) *A organização e o funcionamento dos discursos. Estudos sobre o Português*. Porto: Porto Editora, Tomo III, pp. 157-221.
- (2012a) ‘Que eu já nasci em Riba de Ave. [...] Sempre me conheci aqui em Riba de Ave (risos)’: a coconstrução do sentido em *narrativas de experiência de vida* no Vale do Ave. In: Virgílio Borges Pereira, (org.) *Ao cair do pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do Vale do Ave*. Porto: Afrontamento, pp. 417-445.
- (2012b) *A construção da ordem interaccional na rádio: Contributos para uma análise linguística do discurso em interacções verbais*. Porto: Afrontamento.
- André-Larochebouvry, Danielle (1984) *La conversation quotidienne*. Paris : Didier.
- Attal, Pierre (1976) L’acte d’assertion. *Semantikos*, v. 1, n.º. 3, pp. 1-12.
- Austin, John Langshaw (1970) *Quand dire, c’est faire*. Paris: Éditions du Seuil.
- Bacelar do Nascimento, Maria Fernanda et al. (1987) *Português fundamental, métodos e documentos*, Tomo 1 - *inquérito de frequência*. Lisboa: INIC, CLUL.
- Brown, Penelope; Levinson, Stephen (1978) Universals in language Use: Politeness phenomena. In: Esther Goody (ed.), *Questions and politeness: strategies in social interaction*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 56-289.
- (1987) *Politeness. Some universals in language use*. Cambridge: CUP.
- Caffi, Claudia (2000) Aspects du calibrage des distances émotives entre rhétorique et psychologie. In: Christian Plantin et al. *Les émotions dans les interactions*. Lyon : Presses Universitaires de Lyon, pp. 89-104.
- Campos, Maria Henriqueta Costa; Xavier, Francisca (1991) *Sintaxe e semântica do português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carreira, Maria Helena Araújo (1997) *Modalisation linguistique en situation d’interlocution: proxémique verbale et modalités en portugais*. Louvain – Paris: Éditions Peeters.
- Ducrot, Oswald (1972) *Dire et ne pas dire*. Paris : Hermann.
- Edwards, Derek (2000) Extreme case formulations: softeners, investment and doing nonliteral. *Research on language and social interaction*, 33, 4, pp. 347-373.
- van Eemeren, Frans H.; Grootendorst, Rob; Jackson, Sally; Jacobs, Scott (1997) Argumentation. In: Teun A. van Dijk (ed.) *Discourse as structure and process. Discourse studies: a multidisciplinary introduction*, vol. I. London: Sage, pp. 208-22.
- Fitzgerald, Richard; Housley, William (2002) Identity, categorization and sequential organization: the sequential and categorical flow of identity in a radio phone-in. *Discourse and Society*, vol. 13, 5, pp. 579-602.
- Fonseca, Joaquim (1992) *Linguística e texto / discurso - teoria, descrição, aplicação*. Lisboa: Ministério da Educação / Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- (1994) *Pragmática linguística. Introdução, teoria e descrição do Português*. Porto: Porto Editora.

- (1998) O discurso de Corte na Aldeia de Rodrigues Lobo - o Diálogo I. In. Joaquim Fonseca; Clara Barros (orgs.) *A organização e o funcionamento dos discursos*. Porto: Porto Editora, pp. 137-199.
- Franck, Dorothea (1981) Seven sins of pragmatics - thesis about speech act theory, conversational analysis, linguistics and rhetoric. In. Herman Parret; Marina Sbisà e Jef Verschueren (eds.) *Possibilities and limitations of pragmatics*, Amsterdam, John Benjamins, pp. 225-236.
- Fraser, Bruce (1980) Conversational mitigation. *Journal of Pragmatics* 4 (4), pp. 341-350.
- Goffman, Erving (1974) *Les rites d'interaction*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- (1981) *Forms of talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Goodwin, Charles; Goodwin, Marjorie Harness (1987) Notes on the Interactive Organization of Assessments. *IPRA Papers in Pragmatics* 1, No.1, pp. 1-54
- Grice, H. P. (1989) Querer dizer. In. José Pinto de Lima (org.) *Linguagem e acção - da filosofia analítica à linguística pragmática*. Lisboa: Apáginastantas, pp. 87-105.
- Gumperz, John (1982) *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- (1989) *Sociolinguistique interactionnelle. Une approche interprétative*. La Réunion : L'Harmattan.
- Heller, Monica (2001) Discourse and interaction. In Deborah Schiffrin *et al.* (eds.), *The handbook of discourse analysis*. Oxford/ Massachusetts: Blackwell, pp. 250-264.
- Holdcroft, David (1992) Searle on conversation and structure. In. John Searle *et al.*, (*On*) *Searle on conversation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, pp. 57-76.
- Hundsniischer, Franz (1981) On insisting. In. Herman Parret; Marina Sbisà e Jef Verschueren (eds.) *Possibilities and limitations of pragmatics*, Amsterdam, John Benjamins, pp.343-357.
- Kerbrat-Orecchioni, Catherine (1986) Nouvelle communication' et 'analyse conversationnelle'. *Langue Française*, 70, numéro 1, pp. 7-25.
- (1987) La description des échanges en analyse conversationnelle: l'exemple du compliment. *DRLAV*, 36-37, pp.1-53.
- (1990) *Les interactions verbales. I*. Paris : Armand Colin.
- (1992) *Les interactions verbales. II*. Paris : Armand Colin.
- (1999) *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*. Paris : Armand Colin.
- (2005) *Le discours en interaction*. Paris : Armand Colin.
- (2010) The case for an eclectic approach to discourse-in-interaction. In. Jürgen Streeck (ed.) *New adventures in language and interaction*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, pp. 71-97.
- Lacoste, Michèle (1986) La narrativisation dans une situation d'interview. *Études de Linguistique Appliquée*, 36, pp. 50-62.
- Laver, John (1981) Linguistic routines and politeness in greeting and parting. In. Florian Coulmas (ed.) *Conversational routine. Explorations in standardized communication situations and prepatterned speech*. The Hague: Mouton, pp. 289-304.
- Lopes, Ana Cristina Macário (2009) Justification: a coherence relation. *Pragmatics* 19: 2, pp. 241-252.
- Myers, Greg; Lampropoulou, Sofia (2012) Impersonal *you* and stance-taking in social research interviews. *Journal of Pragmatics* 44, pp. 1206-1218.
- Pedro, Emília Ribeiro (1993) À volta dos diminutivos. Uma análise contrastiva entre o português e o inglês. *Actas do VIII encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri, pp. 402-417.
- Pereira, Virgílio Borges (org.) (2012) *Ao cair do pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do Vale do Ave*. Porto: Afrontamento.
- Ramilo, Maria Celeste; Freitas, Tiago (2002) Transcrição ortográfica de textos orais: problemas e perspectivas. *Actas do encontro comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*, vol. 2. Porto: CLUP, pp. 55-67.
- Recanati, François (1979) *La transparence et l'énonciation*. Seuil: Paris.
- Rio-Torto, Graça; Rodrigues, Alexandra Soares; Pereira, Isabel; Pereira, Rui; Ribeiro, Sílvia (2013), *Gramática derivacional do português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Rodrigues, Conceição Carapinha (1998) A sequência discursiva *pergunta-resposta*. In. Joaquim Fonseca (org.) *A organização e o funcionamento dos discursos. Estudos sobre o português*. Tomo II. Porto: Porto Editora, pp. 11-220.

- Roulet, Eddy *et al.* (1985) *L'articulation du discours en français contemporain*. Berne Francfort S/Main : Peter Lang.
- Sacks, Harvey (1995) *Lectures on conversation*, vol. I, II. Oxford/ Cambridge: Blackwell.
- Searle, John R. (1972) *Les actes de langage*. Paris: Hermann.
- (1975) Indirect speech acts. In: Peter Cole; Jerry L. Morgan (eds.) *Syntax and semantics 3: speech acts*. New York: Academic Press, 1975. p. 59-82.
- (1982) *Sens et expression*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Searle, John R. *et al.* (1992) *(On) Searle on conversation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Sifianou, Maria (1992) The use of diminutives in expressing politeness: Modern Greek Versus English. *Journal of Pragmatics* 17 (2), pp. 155-173.
- Spengler, Nina de (1980) Première approche de marqueurs d'interactivité. *Cahiers de Linguistique Française*, 1, pp. 128-148.
- Tannen, Deborah (2001) The relativity of linguistic strategies: rethinking power and solidarity in gender and dominance. In. Margaret Wetherell *et al.*, *Discourse theory and practice. A reader*, London, Sage pp. 150-166.
- Traverso, Véronique (1996) *La conversation familière. Analyse pragmatique des interactions*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.